

Editorial

Portugal, a defesa e o mundo

Álvaro de Vasconcelos

Que ruptura mais radical com o neutralismo, nomeadamente em relação aos conflitos europeus, desde o fim da tragédia que foi a Primeira Grande Guerra, e que se traduziu na Segunda numa política de neutralismo colaborante com a aliança ocidental, alicerçado na importância estratégica da base das Lages.

Esta posição não se alterou substancialmente com a adesão à Nato, concentrado o esforço militar nas guerras coloniais. No imediato pós-25 de Abril emergiu um neutralismo de esquerda, que sonhava com um Portugal equidistante dos dois blocos. A posição de alheamento foi-se alterando, lentamente, com a adesão europeia (Portugal declarou-se neutro na primeira guerra do Iraque), com as consequências da queda do Muro de Berlim e com os avanços para a união política. A ruptura com o passado deu-se, de facto, com a intervenção na Bósnia, em 1996. A Nato deixou de servir para a dissuasão da guerra improvável para se ocupar das guerras quentes.

A integração europeia, os interesses e a fronteira comuns obrigam Portugal a assumir como vitais os problemas do leste europeu e do Mediterrâneo. Continua a ser crucial o consenso entre os partidos democráticos portugueses sobre a necessidade de dotar Portugal de forças armadas e de segurança modernas e eficazes, capazes de, ao mesmo tempo, se poderem envolver de forma significativa em dois teatros de operações: um no quadro da política de defesa europeia, dentro ou fora da Nato, outro em consequência das alianças bilaterais que tecemos, nomeadamente com os países de língua portuguesa. O debate sobre o conceito estratégico português no pós-11 de Setembro, lançado pelo Ministério da Defesa, colocou a questão de saber se a luta antiterrorista alterava as prioridades da defesa portuguesa definidas nos anos 90, nomeadamente se voltaríamos à defesa territorial como prioridade essencial e se essa seria a evolução da União Europeia e da Nato, por influência de novas circunstâncias e da “homeland defense” americana. É um debate que ainda não está encerrado.

O conceito estratégico da União Europeia, elaborado por Javier Solana, se declara o terrorismo como a ameaça essencial, não deixa de apontar as missões de paz como a

prioridade central da União Europeia. O mesmo se pode dizer do conceito português, aonde se constata uma certa evolução para o “homeland defense”. Mas, para além do debate sobre os conceitos, a realidade continuará a impor em 2004 que o envolvimento das forças militares e militarizadas prossiga, no essencial, bem fora das nossas fronteiras, seja em África, onde não é de pôr de parte um agravamento da crise na Guiné, seja pela continuação nos esforços de estabilização nos Balcãs ou em Timor, seja no Iraque ou quem sabe num esforço internacional para garantir um acordo de paz na Palestina. Longe das fronteiras, e muitas vezes sem nenhuma relação directa com uma hipotética ameaça ao território nacional ou mesmo europeu, as missões militares serão objecto de debate público, regra geral mais centrado sobre as opções de política externa em que se inserem – foi assim no Iraque e será assim amanhã noutros conflitos. O consenso será menos sólido sobre esta ou aquela crise e o imperativo do nosso envolvimento e por isso o debate público e informado é também mais necessário.

O debate sobre as nossas opções é, também, como em todas as democracias, não só natural como essencial para limitar as possibilidades de erros de apreciação virem a pôr em causa a ainda frágil opção pela internacionalização e europeização da defesa portuguesa. O ano de 2004, com a presença de uma força militarizada no difícil teatro do Iraque, e os avanços na política de defesa europeia, exigirá de todos uma redobrada atenção à política de segurança e de defesa portuguesa. Poderá mesmo ser, como o foi 1996, um ano decisivo.